Bairro do Restelo: forma urbana e sustentabilidade

Patrícia Bento d'Almeida @ e Teresa Marat-Mendes @

^a Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÂMIA'CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail: patricia.bento.almeida@iscte-iul.pt

b Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÂMIA'CET-IUL, Lisboa, Portugal. E-mail:teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

Submetido em 20 de julho de 2019¹. Aceito em 18 de dezembro de 2019.

Resumo. O território hoje denominado de Restelo é testemunho de distintos ensaios urbanísticos ocorridos ao longo do século XX num só lugar de Lisboa. O "Bairro", resultante do somatório de várias "partes de bairros", testemunha mais de cinquenta anos de experiências realizadas por arquitectos-urbanistas Portugueses que colocaram em prática modelos de cidade outrora desenvolvidos. Na encosta tardoz ao Mosteiro dos Jerónimos, identifica-se a influência da Cidade Jardim, mas também se reconhecem boulevards de inspiração Parisiense e a vontade de ensaiar a Modernidade. Com o advento da investigação científica em Arquitectura e Urbanismo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os contactos estabelecidos entre investigadores e homólogos centros de investigação estrangeiros, refletiramse nos subsequentes trabalhos desenvolvidos em profissão liberal, particularmente no Restelo pela mão de Nuno Portas. Referimo-nos à experimentação volumétrica de diferentes soluções urbanas como resposta ao problema da densidade.O Restelo integra uma mão cheia de contributos da História da Arquitectura, do Urbanismo e da Investigação Científica em Arquitectura e Urbanismo em Portugal. Testemunha problemas que afetam muitos bairros e cidades e colocam em causa a sustentabilidade socioeconómica e ambiental. Este artigo identifica os modelos urbanos aplicados no Restelo e promove uma leitura sobre eventuais impactos associados a questões socioeconómicas e ambientais na atualidade.

Palavras-chave. cidade jardim, cidade moderna, torres habitacionais, cidade tradicional, sustentabilidade.

Introdução

O presente artigo promove uma análise ao bairro denominado de Restelo (Figura 1), território urbanizado desde o início da década de 1940 e que corresponde a cerca de 300 hectares localizados no limite ocidental da cidade de Lisboa. Oferece-se ao leitor um olhar sobre os mais relevantes projetos urbanos propostos para aquele território, tendo em consideração os diferentes usos do solo. Neste sentido, este artigo apresenta essencialmente as relações existentes entre espaço edificado, não edificado e tipologias de uso referentes a áreas livres, contribuindo para um melhor entendimento dos distintos modos de vida dos seus habitantes. Complementarmente, caracterizam-se as

diversas tipologias e as respetivas funções atribuídas às áreas livres identificadas. Importa demonstrar quais as propostas de uso do solo sugeridas pelos projetistas e, ao mesmo tempo pelos cidadãos, nomeadamente no que respeita a áreas livres (particularmente, para as funções produtiva e/ou lazer) e a áreas construídas (particularmente, para as funções habitação e/ou eixos viários).

O presente artigo estrutura-se em cinco partes. Segue-se à introdução a apresentação do primeiro modelo urbano projetado para a Encosta da Ajuda que, no entanto, foi parcialmente construído, tendo sido sujeito a alterações de desenho urbano uma década depois de se ter dado início ao processo de

urbanização. Cabe à terceira parte oferecer uma apresentação breve das mais importantes alterações urbanas projetadas para aquele mesmo território, durante as décadas de 1950 e 1960, designadamente sob influência da Carta de Atenas. Nesta fase, em oposição às fases projetadas e construídas anteriormente, projetaram-se edifícios em altura no Restelo, com o intuito de dar resposta à falta de habitação que se fazia sentir à época na cidade de Lisboa. A quarta parte trata a intervenção urbana ocorrida durante a década de 1970 e que vai procurar recuperar a escala da cidade tradicional. Finalmente, a última parte expõe as principais conclusões.



Figura 1. Vista aérea do Restelo (fonte: Google Earth)

O processo de urbanização da Encosta da Ajuda

Em 1938, quando o arquitecto João Guilherme Faria da Costa (1906-1971), por ordem do Engenheiro Duarte Pacheco¹² (1900-1943), deu início ao desenvolvimento do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda havia já desenvolvido o Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz e sua Região (1935) (Costa, 1937), trabalho que apresentou como prova final de especialização em Urbanismo, curso desenvolvido no prestigiado Institut d'Urbanisme de Paris (1937). Este trabalho revela-se importante na medida em que nele foi identificado não só um "Relatório Geral", do qual sabemos constar um estudo das características antropogeográficas com a descrição geográfica física (solo, águas e

clima) e demográfica (população e seu estado sanitário), bem como o "Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão", designadamente com a identificação dos "espaços livres e reservas para edifícios públicos" e das áreas de "conservação das partes pitorescas, locais e monumentos urbanos" para a Figueira da Foz. Embora para a Encosta da Ajuda o mesmo tipo de documentos ainda não tenha sido localizado, poder-se-á dizer que, provavelmente, Faria da Costa terá elaborado o Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, em 1938, à semelhança do modelo seguido para o Plano da Figueira da Foz. Assim, procuraremos dar a conhecer neste artigo como foi ocupado o território vizinho ao Palácio Nacional da Ajuda (XVIII), originalmente agrícola³ e que viria a receber o Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, mais tarde designado de Bairro do Restelo.

Com o objetivo de adquirir o mais rapidamente possível os terrenos agrícolas e o casario edificado na Encosta da Ajuda, o Estado Português serviu-se do recentemente instituído Decreto-Lei Nº 28.797, de 1 de Julho de 1938, para tornar possível a expropriação dos terrenos e das edificações por utilidade pública para a necessária execução das obras e melhoramentos projetados. Segundo a previsão apontada pelo arquitecto-urbanista Étienne de Gröer (1882-1952), aquando do desenvolvimento do Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa (1948), a Encosta da Ajuda estaria destinada a receber 36.000 habitantes⁴, maioritariamente distribuídos em moradias unifamiliares, tipologia de habitação desejada por uma população sem dificuldades financeiras que ali queria ver construída a sua "moradia de sonho". Assim, procurando colocar em prática o modelo de Cidade Jardim defendido por Ebenezer Howard (1950-1928) e à semelhança do edificado em Letchworth (1902), Faria da Costa, aproveitou a pendente da encosta para projetar ruas arborizadas e curvilíneas apontadas ao rio Tejo, enquadradas por monumentos nacionais que definem os enfiamentos dos principais arruamentos, particularmente a Torre de Belém (XVI) e a Capela de São Jerónimo (XVI). A divisão do terreno em lotes, posteriormente vendidos em hasta pública, pretendia possibilitar a

construção de moradias de generosa dimensão para uma classe de burgueses e intelectuais. Regidos por semelhantes "condições especiais de alienação", no início da década de 1940 começam a surgir na encosta "moradias apalaçadas", com resquícios tradicionalistas, a par de outras onde se ensaiou a modernidade. Circundadas por áreas livres destinadas a jardim, se numas era possível encontrar, junto da estrada que lhes dá acesso, terreno relvado ou plantado com vegetação de baixo porte para melhor visualização da casa, noutras, elevou-se o volume total ou parcialmente em pilotis e destinou-se a cobertura para usufruto dos seus habitantes. Fosse qual fosse o modelo arquitetónico seguido pelos arquitectos que projetaram cada uma destas casas, aos extensos programas da habitação⁵, foram também solicitados anexos destinados a animais domésticos (galinhas e coelhos, etc.) ou ao cultivo de alimentos (estufas, anexos de apoio jardinagem, etc.), para contemplação ou subsistência familiar (Figuras 2 e 3).

Situação semelhante é verificada no denominado Bairro Económico do Restelo, localizado dentro do perímetro urbano do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda. Este bairro económico resulta do Estudo do Projeto do Aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda (1947-1952), desenvolvido após a inesperada morte de Duarte Pacheco. Este bairro previa a edificação de mais de quatro centenas e meia de casas-tipo⁶, económicas, contíguas e alinhadas, destinadas a oferecer condições de vida igualitárias a funcionários públicos e suas famílias, assemelhando-se a alguns dos modelos urbanísticos alemães, particularmente à colónia de Dammerstock (1928) projetado por Walter Gropius (1883-1969). Com o salário mensal auferido por estes trabalhadores do estado⁷, estas casas

eram adquiridas num regime de 240 prestações mensais por um período de 20 anos. Assim, respeitando a imagem doméstica ambicionada pelo Estado, estas "casinhas portuguesas", com áreas exíguas e um programa que contemplava sala, cozinha, instalação sanitária e um número de quartos consoante o número de filhos, distribuído por dois pisos, exibiam nas traseiras do lote um quintal plantado com árvores de fruto e cultivos, bem como uma capoeira construída segundo projeto-tipo (Figura 3).

A Encosta da Ajuda assistia assim a propostas de projetos de elementos construtivos, geralmente atribuídos a ambientes rurais, contudo agora inseridos no mais novo e moderno bairro da cidade de Lisboa. Cada um destes elementos, bem como os espaços livres onde estes se localizam, cumpriam funções ecológicas e produtivas que dependiam do acesso ao recurso hídrico. O acesso à água para rega dos cultivos e dos jardins, bem como para dar de beber aos animais, era maioritariamente proveniente de furos e poços construídos para o efeito, à data da urbanização, à semelhança do que existia em outras zonas da cidade e da região de Lisboa (Marat-Mendes et al., 2016). Testemunhamos assim o recurso a práticas agrícolas e de produção animal à escala doméstica, num bairro de habitação urbana.

As práticas acima referidas denotam preocupações ecológicas por parte dos habitantes e dos projetistas, embora de forma não consciente. Saliente-se que naquele momento a população não estava a responder a preocupações como a sustentabilidade, designadamente segundo os parâmetros atuais definidos pelas Nações Unidas (UN General Assembly, 2015).

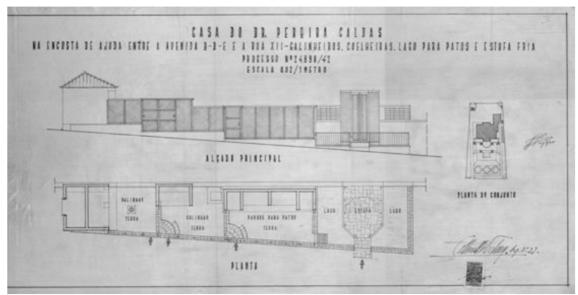


Figura 2. Galinheiro, coelheira, lago para patos e estufa-fria da moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26. Projeto de Cottinelli Telmo, Licenciamento 1941 - Telas Finais 1945 (fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Obra 42900, Processo 28772/DSC/PG/1945, p. 3)



Figura 3. Aviário da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45. Projeto de Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida, Licenciamento 1949 - Telas Finais 1952 (fonte: © Henrique Feist, Col. Família Feist)

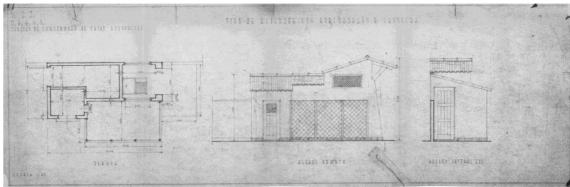


Figura 4. Alpendre-tipo com arrecadação e capoeira para as moradias do aglomerado de casas económicas da Encosta da Ajuda. Projeto de João Guilherme Faria da Costa, 1947 (fonte: PT DGPC/SIPA DES.02002731, Arquivo de João Guilherme Faria da Costa)

Edificando em altura na Encosta da Ajuda

A construção das moradias unifamiliares, quer fossem as mais onerosas ou as económicas, foi interrompida aquando da formação do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU, 1954) da Câmara Municipal de Lisboa, responsável pela elaboração do Plano de Urbanização do Restelo (c. 1954) e pelo seu ajuste com o desenvolvimento do plano de Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo (1959) por parte dos arquitectos Pedro Falção e Cunha (n.1922) e José Sommer Ribeiro (1924-2006). Nesta fase, de modo a responder à falta de habitação que a capital assistia e em fiel resposta às orientações dadas pela Carta de Atenas (1933), projetaram-se para a zona noroeste da Encosta da Ajuda, naquela altura designada de Encosta do Restelo, edifícios de habitação plurifamiliar em banda, isolados e elevados em relação ao terreno. Estes edifícios foram implantados de modo a usufruir da mais favorável exposição solar e encontravam-se afastados dos eixos viários que lhes estavam contíguos para disponibilização de áreas livres de lazer e ajardinadas. Se são inequívocas as semelhanças que o Plano de Urbanização do Restelo mostra em relação ao plano de Roehampton (1952-1959), estas aplicam-se particularmente no plano urbano projetado, pois o resultado edificado acabou por não cumprir integralmente o definido⁸.

No esquema funcional da Cidade Moderna – habitar, trabalhar, passear e circular –, o sol, o verde e o espaço haviam que ser aproveitados (Kanashiro, 2004), sobretudo respeitando o manifestado no CIAM 4

(1933). A nova proposta urbana não oferecia lugar para estufas, nem para aviários e galinheiros, ao contrário da situação identificada na proposta de Plano Urbano datada de 1938. Assistimos assim a uma transição cultural, que denota um abandono de preocupações de ordem rural e/ou ecológicas à escala do bairro e doméstica, mesmo que involuntárias.

Respondendo à vontade de Le Corbusier (1887-1965), as novas superfícies de áreas livres que seriam igualmente adotadas nos bairros modernos de Lisboa, deveriam servir "fins nitidamente definidos: que tenham jardins para crianças, escolas, centros de juventude e todos aqueles edifícios de uso comunitário intimamente ligados à habitação" (Dias e Dias, 1993, p. 46).

No cume da encosta, "paredes meias" com o Parque Florestal de Monsanto, o arquitecto Francisco Zinho Antunes (1921-2002) e o Engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves (1916-2005) desenvolveram uma proposta para o Plano de Urbanização do Alto do Restelo (1964), destinando ao alargamento da área habitacional pré-existente no Restelo. Este novo plano urbano, que teve como principal fator a ter em conta "a existência de uma panorâmica a explorar" (D'Almeida, 2013, p. 155), traduziu-se na construção de edifíciostorre (até 12 pisos), ligados por corpos de baixa altura (de 1 a 3 pisos), permitindo a livre circulação de peões, protegidos da ação climatérica (sol, chuva). Estes corpos de baixa altura destinavam-se fundamentalmente "a garagem ou estacionamento, comércio quotidiano, artesanato ou em alguns casos, também, para

habitação" (D'Almeida, 2013, p. 156). Esta mudança de escala foi primeiramente experimentada pelos Team X⁹ (1953-1984), grupo de arquitectos preocupado em rever a Carta de Atenas para melhor responder às relações humanas com o espaço do habitar e do coletivo. Em Golden Lane (1952) os Smithson concebem um espaço para os cidadãos no interior dos edifícios, separando, a diferentes níveis, a circulação viária da pedonal. No Restelo, estes novos espaços urbanos destinavam-se a locais de encontro da comunidade e de recreio para as crianças. Em redor das torres, dada a intrincada distribuição de eixos viários, os espaços verdes vieram a ocupar os lotes de terrenos sobrantes. Como se verifica, estes espaços também não vieram a ser explorados por parte da população nem dos seus projetistas com funções agrícolas produtivas, incluindo a produção animal, conforme verificado na zona sul da encosta.

Recuperando a imagem da cidade tradicional

De modo a travar o efeito negativo que as torres criavam no topo da Encosta da Ajuda, demarcando-o do território vizinho, o recémchegado Presidente da Câmara (1970-1972), Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983), interrompeu o processo de expansão do Plano de Urbanização do Alto do Restelo para sul¹⁰ e chamou uma nova equipa de arquitectos para desenvolver o Plano e Pormenor da zona do Restelo (1970-1972). Procurando manter a densidade populacional previamente prevista no Plano de Urbanização do Alto do Restelo, os arquitectos Nuno Portas (n. 1934), Nuno Teotónio Pereira (1922-1916) e João Paciência (n. 1943), chamados a elaborar este novo plano urbano, procuraram recuperar a imagem da cidade antiga, designadamente da forma urbana verificada nos quarteirões alongados do bairro da Lapa em Lisboa, orientando as ruas do Restelo na direção do Rio Tejo. A solução apresentada revela influência dos contributos de investigação conduzidos no Centre for Land Use and Built Form Studies (LUBFS, Cambridge), particularmente por Leslie Martin (1908-1999) (Martin, 1966) e Lionel March (1934-2018) (Martin e March, 1975), cujo conhecimento atribuímos à participação ativa e simultânea de Nuno Portas no grupo de arquitectos-investigadores da Divisão de Construção e Habitação do Serviço de

Edifícios e Pontes do Laboratório Nacional de Engenharia Civil¹¹ (LNEC).

Numa tentativa de manter a densidade populacional, respeitando a "alta densidade/baixa altura" (Portas, 2004, p. 56), a grelha agora proposta para o Restelo -"geradora da cidade" (Martin, 1972) – veio agregar, num mesmo quarteirão, moradias unifamiliares e bifamiliares em banda em alternância com blocos de habitação coletiva, travessas, escadinhas, logradouros e jardins. Conforme testemunho de Nuno Portas, houve que "transformar as 'vias' em 'ruas' direitas ou os 'espaços entre' em pátios coletivos de quarteirão" (Portas, 2005, p. 77). Recuperouse a noção de quarteirão e de espaço público, e ao mesmo tempo, recuperaram-se também os logradouros privados, em muitos casos ocupados com jardins de cultivo para proveito dos próprios moradores.

Entre os espaços (verdes) destinados à ocupação dos tempos lives, o plano previu também a construção do Jardim dos Moinhos¹², localizado na encosta nordeste, uma clareira de certa dimensão e de tipo naturalizado que teve como principal função colmatar as carências de áreas para o recreio das crianças. Estava assim projetada uma nova área verde de dimensões generosas na cidade de Lisboa, que hoje ainda apresenta a existência de algumas árvores de fruto, nomeadamente oliveiras e amendoeiras. Assistimos nesta fase a uma nova transformação cultural, que denota uma procura de recuperação das funções produtivas tradicionais de uso rural para o solo em meio urbano, à escala privada e coletiva. Segundo Michel Toussaint, os conceitos tipo-morfológicos utilizados no Restelo remetem para que "o novo não seja radicalmente diferente do antigo, mas sim na sua continuidade" (Toussaint, 1994, p. 317).

Para melhor responder ao Plano de Pormenor do Restelo, analisaram-se no LNEC diversas "formas de agrupamento da habitação" (Cabral, 1968), trabalho que permitiu conhecer em profundidade alguns conjuntos urbanos e edificados¹³. Quanto às necessidades dos agregados familiares, sabese que também foram tidos em consideração outros estudos previamente elaborados no LNEC, designadamente o *Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação* (Portas e Gomes, 1963) e *Funções e exigências de áreas da habitação* (Portas, 1969), estudos técnicos tendentes à melhoria

de conceção da habitação urbana. Esta geração de arquitectos que se dedicou ao estudo de problemas relacionados com o habitar, possibilitou à época uma reflexão do espaço coletivo que teve implicações morfológicas, nomeadamente através da proposta de novas formas e funções urbanas. Algumas destas soluções foram similares a

propostas urbanas realizadas internacionalmente, denotando o conhecimento de estudos e metodologias de investigação praticadas noutros centros de investigação de referência. Entre outros, sublinhamos o estudo do sistema urbano, do espaço coletivo e privado e o recurso a equipas multidisciplinares.

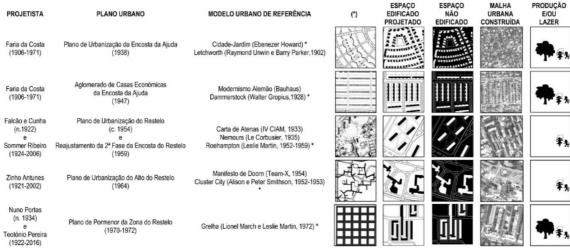


Figura 5. Representação esquemática da evolução urbana do Restelo (fonte: Autores)

Conclusão

As múltiplas propostas urbanas testemunhadas para o Restelo denotam distintas ocupações do solo mas também distintas abordagens de planeamento. Estas revelam diferentes atitudes do Homem que, por seu lado, certificam também transições culturais verificadas na sociedade. Desde o abandono das preocupações rurais à sua recuperação, o bairro do Restelo é hoje um exemplo de como ações de transformação urbana ocorrem primordialmente no espaço não construído (espaço livre). Nos dias de hoje, perante a urgência da aplicação de um urbanismo de baixo carbono, os espaços ainda livres no Restelo constituem potenciais oportunidades para uma revisão do urbanismo da cidade de Lisboa, para que esta possa cumprir a Agenda da Sustentabilidade (2015). Complementarmente, perante os desafios do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, estabelecido em 2015, a que Lisboa também assinou, torna-se urgente revisitar os princípios que nortearam a construção deste bairro que lhe permitiram assegurar numa primeira instancia a possibilidade de produção alimentar e animal à escala doméstica, e numa segunda instancia à manutenção dos seus espaços livres, hoje

potenciais áreas de produção alimentar urbana.

Conforme verificado, o facto da equipa de projetistas chamada a intervir no Restelo no início da década de 1970 integrar um arquitecto-investigador que trabalhava na Divisão de Arquitectura do Serviço de Edifícios e Pontes do LNEC, permitiu à equipa de projetistas usufruir de conhecimentos provenientes da atividade de investigação científica desenvolvida neste Laboratório do Estado, actividade essa que estava intrinsecamente relacionada com a temática da habitação e de estudos de forma urbana. Note-se que grande parte destes trabalhos de investigação surgiu do contacto estabelecido entre os arquitectosinvestigadores do LNEC com entidades de investigação internacionais. Novas metodologias de investigação aplicadas internacionalmente foram, à época e pela primeira vez, aplicadas através dos arquitectos-investigadores do LNEC em Portugal. Destacam-se, por exemplo: i) os primeiros inquéritos à habitação que revelaram a importância da sociologia no desenvolvimento de estudos urbanos e arquitectónicos, fundamentais para o exercício de escala e aproveitamento do solo no Restelo, decorrentes de uma escola francesa; bem como ii) os estudos sobre o impacto da forma construída na organização do quarteirão e do seu espaço livre, decorrentes de uma escola anglo-saxónica.

Financiamento

O presente artigo foi realizado com contributos provenientes do projeto de pósdoutoramento intitulado "O LNEC e a História da Investigação em Arquitetura" (SFRH/BPD/117167/2016), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia por meio de orçamento nacional e de orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE), informado pelos resultados obtidos no trabalho de Doutoramento realizado por Patrícia Bento d'Almeida (D'Almeida 2013).

Notas

- ¹ Este artigo foi submetido originalmente até o prazo de 20 de julho de 2019 ao PNUM 2019 Maringá. A seleção dos artigos foi feita pelos editores desta seção temática entre 24 de agosto e 29 de outubro de 2019. As versões revisadas foram enviadas até o dia 10 de dezembro de 2019.
- ² Ministro das Obras Públicas (1932-1936 e 1938-1943) e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1943).
- ³ Conforme registado no Levantamento da Planta de Lisboa conduzido entre 1904 e 1911 por Júlio António Vieira da Silva (1860-?). Ver Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B. & Mourão, J. (2015) A legenda do levantamento da Planta de Lisboa do Engenheiro Silva Pinto, in I. M. Viegas & M. Gomes (2015) Arquivo Municipal de Lisboa: Um Acervo para a História. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 275-287. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/conferencias-jornadas/conferencias-coloquios/um-acervo-para-a-historia-ii/livro-de-comunicacoes/ (acesso 17/06/2019).
- ⁴ Cf. Plano Diretor, Distribuição da população na Cidade segundo a previsão do Arquitecto De Gröer feita em 1948, AML-NAC, PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/209, Desenho Técnico Nº 10.065, 1954.
- Que incluíam: hall, sala de visitas, saleta, escritório, sala de jantar e/ou sala comum, cozinha, dispensa, arrecadação, ginásio, garrafeira, quartos e instalações sanitárias.
 Classes C e D, conforme Decreto-Lei nº 33.278 de 24 de Novembro de 1943.
- ⁷ Em 1943 compreendido entre 1.500\$00 e 3.000\$00, aproximadamente 7.5€ e 15€ (Batista 1996, 375).
- ⁸ Designadamente no Estudo do Conjunto Arquitetónico e Arranjo Urbanístico do

O presente artigo foi realizado com contributos provenientes do projeto de investigação SPLACH - Spatial Planning for Change (POCI-01-0145-FEDER-016431), financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) na sua componente FEDER e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) pelo acesso concedido à documentação arquivada, no âmbito do projeto de pós-doutorado (SFRH/BPD/117167/2016).

Pormenor do Terreno Junto à Rua CG (1962), projetado pelo arquitecto Ruy António da Silveira Borges (1916-1978), e no Plano de Urbanização do Restelo - Célula C (1966), projetado pelo arquitecto João Manuel Alves de Sousa (n. 1925) (D'Almeida 2015).

- Formado por Alison (1928-1993) e Peter
 Smithson (1923-2003), Jaap Bakema (1914-1981), Georges Candilis (1913-1995), Aldo Van Eyck (1918-1999), Giancarlo di Carlo (1919-2005) e Shadrach Woods (1923-1973).
- Estudo do Plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d. (c. 1966).
- 11 Nuno Portas entrou para o LNEC em 1962, como arquitecto-investigador da Divisão de Construção e Habitação (DCH) do Serviço de Edifícios e Pontes. A partir de Novembro de 1969 parte da equipa da DCH passa para a Divisão de Arquitectura chefiada por Nuno Portas. Após a Revolução de Abril de 1974 Nuno Portas foi chamado a ocupar o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo durante os três primeiros Governos Provisórios (1974-1975).
- 12 Entre outros: Prado junto à Avenida das descobertas (espaço para atividades de recreio de jovens), jardim envolvendo o Museu Etnológico (de características acentuadamente urbanas), largo arborizado no Alto do Restelo (com funções de miradouro), praça principal (foco de polarização de atividades terciárias). Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo Estudos Preliminares, Dossier Nº 10: Programa de Uso do Solo, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Arco do Cego, Código de Referência:

PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota: 325.

¹³ Nomeadamente da Federação das Caixas de Previdência (Favaios, Benavente, Cabeço de Vide, Chaves, Santo Tirso, Albarraque, Portimão, Barreiro, Ramalde, Guimarães, Covilhã, Balsa e V. N. Gaia).

Referências

AAVV (1974) Dossier Restelo. *Arquitectura*. 130, 11-13.

Batista, L. A. V. (1996) A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e a Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa Século Vinte. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/19971

Cabral, B. C. (1968) Racionalização de soluções de organização de fogos: Formas de agrupamentos da habitação. Lisboa, LNEC.

Costa, J. G. F. (1937) A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-Urbanista João Faria da Costa. A Arquitectura Portuguesa. 31, 11-23.

D'Almeida, P. B. (2015) Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico. Lisboa, Caleidoscópio Edição.

D'Almeida, P. B. (2013) Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Arquitectónico. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/10823

Decreto-Lei Nº 28.797, de 1 de Julho de 1938

Decreto-Lei nº 33.278 de 24 de Novembro de 1943.

Dias, F. S. e Dias, T. S. (1993) *Lisboa: Freguesia dos Olivais*. Lisboa, Guias Contexto.

Faraud, C. (2017) *Urban metabolism in practice*. DPU WORKING PAPER NO. 186. London: University College London. Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/wp186.pdf

Kanashiro, M. (2004) Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 9, 33-37.

Marat-Mendes, T. (2013) Sustainability and the study of urban form. *Urban Morphology*. 17 (2), 123-124.

Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B. & Mourão, J. (2015) A legenda do levantamento da Planta de Lisboa do Engenheiro Silva Pinto, in I. M. Viegas & M. Gomes (2015) *Arquivo Municipal de Lisboa: Um Acervo para a História*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa, 275-287. Disponível em: http://arquivomunicipal.

cm-lisboa.pt/pt/eventos/conferenciasjornadas/conferencias-coloquios/um-acervo-paraa-historia-ii/livro-de-comunicacoes/.

Marat-Mendes, T., D'Almeida, P. B., Mourão, J., NIZA, S. & Ferreira, D. (2016) Water and Agriculture Atlas: Lisbon Region 1900-1940 / Atlas da Água e da Agricultura: Região de Lisboa 1900-1940. Lisboa: DINÂMIA/CET — Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8985.

Marat-Mendes, T. & Oliveira, V. (2013) Urban planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Étienne de Groër and Antão Almeida Garrett. *Planning Perspectives*, 28 (1), 91-111.

Martin, L. (1966) Land use and built forms, Cambridge, University of Cambridge.

Martin, L. (1972) "The Grid as Generator", in L. Martin and L. March (1972) (eds.) *Urban Space and Structures*. Cambridge, University of Cambridge, 6–27.

Martin, L. e March, L. (1975) *Urban Space and Structures*. Cambridge, University of Cambridge.

Portas, N. (2004) "Atelier Nuno Teotónio Pereira. Um testemunho, também pessoal", Em: Tostões, A. (coord.), Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, Centro Cultural de Belém.

Portas, N. (2005) "Do Astro à Nebulosa, do Nó à Malha, da Malha aos Nós", texto apresentado na última aula na FAUP, 18/10/2004, Em: Portas, N. (ed.), Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto. Porto, FAUP Publicações.

Portas, N. (1969) Funções e exigências de áreas da habitação, Lisboa: LNEC Informação Técnica 4.

Portas, N. e Gomes, R. (1963) Inquérito-piloto sobre necessidades familiares em matéria de habitação. 1º Relatório: Programa, amostra e resultado da fase de inquirição. Lisboa, LNEC.

Toussaint, M. (1994) Afirmação e crise da Cidade Moderna. Em: Gentil, F. et al. (eds.) *Guia de Arquitectura Lisboa 94*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.

UN General Assembly (2015) Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 21 October 2015, A/RES/70/1, Disponível em: https://www.refworld.org/docid/57b6e3e44.html.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Restelo neighbourhood: urban form and sustainability

Abstract. The territory in our days called Restelo is a testimony of distinct urbanistic essays that took place throughout the twentieth century in one place of the city of Lisbon. The "neighbourhood" is the result of the sum of a variety of "parts of neighbourhoods", representing more than fifty years of opportunities offered to Portuguese architects and urban planners to put into practice models of cities once developed. Behind Jerónimos Monastery it is possible to identify the influence of the Garden City, but also to recognize the inspiration of Parisian boulevards and the desire to practise the Modernity. With the advent of scientific research in Architecture and Urbanism at the Portuguese National Laboratory of Civil Engineering, the contacts established between researchers and foreign research centres were reflected in the subsequent work developed in liberal profession, particularly in Restelo by the architect Nuno Portas. We refer to the volumetric experimentation of different urban solutions as a response to the density problem. Restelo integrates a handful of contributions from the History of Architecture, Urbanism and Scientific Research in Architecture and Urbanism in Portugal. Restelo witness problems that affect many neighbourhoods and cities and call into question socioeconomic and environmental sustainability. This article identifies the urban models applied in Restelo and promotes a reading about any impacts associated with socioeconomic and environmental issues nowadays.

Keywords. garden city, modern city, residential towers, traditional city, sustainability.

Editores responsáveis pela submissão: Karin Schwabe Meneguetti, Renato Leão Rego e Gislaine Elizete Beloto.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

